Revista TOMO, São Cristóvão, v. 45, e25161, 2026
DOI:10.21669/tomo.v45.25161
Dossiê: Sociologia econômica no Brasil: reconfigurações dos mercados e disputas de poder
E-ISSN:2318-9010 / ISSN:1517-4549

DOSSIÊ

COMO NASCE UMA ESCOLA DO PODER? O CASO DO INSPER

*Pedro Grunewald Louro**

Resumo

O artigo retraça a afirmação do Insper como instituição de ensino e pesquisa não apenas no campo dos economistas, mas também como uma escola do poder, engajada em construir uma cultura de referência ampla para o Estado brasileiro. Baseado em entrevistas semiestruturadas e análise documental, o artigo reconstitui três momentos desse processo: (i) a passagem de uma faculdade profissional especializada nos mercados financeiros para uma instituição com pretensão de excelência acadêmica internacional e relevância política nacional; (ii) o desenvolvimento de interpretações sobre a formação nacional, que se valem do neoinstitucionalismo para elaborar uma narrativa englobando passado remoto (colonização, nacional-desenvolvimentismo, etc.) e presente imediato (Partido dos Trabalhadores, Jornadas de Junho de 2013, etc.); e (iii) a construção de dispositivos de autolimitação e, logo em seguida, de direção do Estado brasileiro, respectivamente as regras macroeconômicas de disciplina fiscal e as técnicas microeconômicas de avaliação de impacto e de desenho de políticas públicas. Desse modo, argumenta-se que o Insper tem exercido um papel decisivo no deslocamento da ciência econômica para além de sua jurisdição disciplinar própria (política econômica), em direção à afirmação de um saber total sobre os problemas nacionais e, a partir daí, à construção dos instrumentos de ação pública para neles intervir (razão de Estado).

Palavras-chaves: racionalidade econômica; sociologia das elites; filantropia.

* Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, São Paulo, São Paulo, Brasil. Université Paris-Saclay. École Doctorale Sciences sociales et humanités, Institutions et Dynamiques Historiques de l'Economie et de la société (IDHES), Gif-sur-Yvette, França. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo [Fapesp], à qual agradece o apoio financeiro [Processos 2021/01828-9 e 2022/05206-5]).

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

A sociologia dos economistas, segmento importante da sociologia econômica, encontrou no Brasil terreno fértil para retraçar o enraizamento das previsões, teorias e escolas econômicas em práticas sociais e relações de poder, subtraindo-as do ar de pureza racional com que seus especialistas as revestem. Diversos trabalhos examinaram que a Economia com E maiúsculo – a disciplina científica ortodoxa e tributária da síntese neoclássica – não se estabeleceu no Brasil pela via única das ideias, documentando o seu enraizamento na circulação internacional de atores no âmbito da Guerra Fria, em suas discordâncias de fundo normativo e em redes de elites políticas e empresariais (*cf.* Loureiro, 1997; Klüger, 2017; Souza, 2021). O presente artigo também se inscreve nessa agenda, mas adotando uma direção inversa. Ao invés da remissão das representações e práticas econômicas ao enraizamento social e não econômico delas, propomos retraçar a constituição do enquadramento econômico dos problemas sociais e não econômicos.

A oposição entre o social e o econômico configura a indagação inaugural da sociologia econômica. São trabalhos que partem da obra de Karl Polanyi, alçada à condição de clássico ao qual cabe remontar e ultrapassar. O vetor de discussão é o seu diagnóstico da modernidade, isto é, o *desenraizamento institucional da economia ante a sociedade*, constituindo uma esfera com sua legalidade própria, distinta e, por vezes, hostil às relações sociais e naturais.

Diante do diagnóstico polanyiano de época, pode-se dizer que a sociologia econômica tem adotado duas atitudes. Uma atitude crítica, inaugurada por Mark Granovetter (1985), consiste em desvelar o enraizamento das realidades econômicas nas estruturas sociais, com frequência negligenciado pelas formalizações neoclássicas de maximização da utilidade. Outra atitude construtivista, despontada por Timothy Mitchell (1998), investiga o papel dos economistas e de seus dispositivos técnicos na formação da economia enquanto um todo unitário e interdependente de fenômenos.

É pressupondo a diferença entre o social e o econômico que podemos seguir a vereda aberta por Michel Foucault (2022, p. 429), segundo a qual a ciência econômica se desloca do exame dos fenômenos da produção e da distribuição de riquezas para "campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos". A Economia se define não mais por um objeto próprio, e sim por um método que interpela o social e o político nos termos da maximização da utilidade sob escassez (Supiot, 2015).

Apoiamo-nos na hipótese foucaultiana a fim de investigar a expansão da racionalidade econômica para um lócus de ação peculiar, caracterizado não só por não ser "primordialmente" e "exclusivamente" econômico, mas também por ser abertamente avesso à pura reivindicação da utilidade econômica. Em outras palavras, não é evidente *de que maneira* e *sob quais condições* o conhecimento econômico passa, cada vez mais, a informar as instituições educacionais voltadas à formação das *elites dirigentes* mundo afora, pois o êxito delas reside historicamente em transcender o apelo ao poder econômico. Em vez de tratar dos seus especialistas na política econômica, analisamos, portanto, a sua ação nas *escolas do poder*.

Seguindo a contribuição seminal de Pierre Bourdieu sobre as instituições de formação das elites dirigentes, o que distingue as chamadas escolas do poder vai além de recrutar seu alunato das camadas abastadas e de prepará-lo para os postos de comando político e econômico. É preciso certificá-lo de que age em nome de *interesses universais*, e não segundo um cálculo econômico autointeressado (Bourdieu, 1989, p. 538-539). Daí o duplo sentido das ***competências*** apreendidas nesses espaços exclusivos, referindo-se às capacidades técnicas de exercício do poder e aos títulos legítimos para fazê-lo. Assim, é preciso que o poder se exerça no interior de um quadro intelectual abrangente, capaz de diagnosticar as mazelas nacionais, bem como suas terapêuticas, sem incorrer no risco de pôr a ordem social em xeque.

No Brasil, a questão das escolas do poder remete às notáveis pesquisas sociológicas e históricas que vêm examinando como os saberes jurídicos e médicos, a partir da crise da sociedade imperial na segunda metade do século XIX, passaram a informar a consciência dominante dos entraves e patologias para o progresso do país, a par dos meios científicos para saná-los e dos seus intelectuais para defendê-los na cena pública (Adorno, 1988; Schwarcz, 1993; Lima, 1999; Alonso, 2002). Médicos e juristas racionalizavam a aspiração de traduzir a consciência nacional, acima das clivagens econômicas, em solidariedade com os literatos de raiz romântica que despontavam na mesma época (Candido, 1959).

A racionalização da autoridade política envolve construir uma imagem unitária da sociedade e uma tecnologia para intervir nela, de modo análogo ao *Leviatã* hobbesiano que unifica o corpo político e constitui seu artifício de ação (Frankenberg, 2018, p. 59). O que fazem então as escolas do poder no Brasil? Mais do que mediar o acesso a postos de relevo econômico, transmitem o *conhecimento* ou, ao menos, o *reconhecimento* da imaginação nacional (mestiçagem, "descobrimento do Brasil", hinterlândia, etc.) e dos instrumentos para nele agir (antropologia criminal, museus, Constituição centralizadora, etc.).

O que é historicamente peculiar e sociologicamente desafiador é explicar o advento de uma escola do poder que, paradoxalmente, transcende a realidade econômica particular e privilegiada do seu alunato por meio da racionalidade econômica enquanto razão de Estado. Neste caso digno de exame, não são mais os saberes da medicina, do direito e mesmo da literatura que constituem a cultura de referência das elites dirigentes a partir do momento histórico que se abre com a Nova República (1988–), mas, cada vez mais, a Economia. Em compasso com a literatura sobre as escolas do poder no Brasil supracitadas, examinamos três momentos interdependentes do advento de uma nova escola do poder: a superação de uma faculdade voltada à formação profissional (i); a elaboração de uma interpretação unificadora do país (ii); e a construção de instrumentos de ação pública ancorados na mesma interpretação (iii).

É nesse quadro analítico que temos como objetivo retraçar a emergência e a estabilização do Insper, sigla de Instituto de Ensino e Pesquisa e contração de "inspirar" e "pertencer", examinando o processo pelo qual essa instituição acadêmica vem configurando uma escola do poder. É instigante reconstruir o processo pelo qual uma faculdade, originária das recentes transformações econômicas em direção a um capitalismo financeirizado, vem deslocando-se da estreita identidade com a realidade econômica para apoiar-se na racionalidade econômica, passando, por meio dela, a representar e intervir em problemas públicos e, ao mesmo tempo, formar as elites políticas e técnicas habilitadas para tanto.

Veremos que a proximidade com o poder econômico era um obstáculo a ser superado para se afirmar como escola do poder. Sem deixar de ser um endereço da juventude afluente, haja vista a mensalidade dos cursos de graduação em R$ 8.300 – mais de cinco vezes o salário-mínimo (R$ 1.621) e cerca de três vezes a renda domiciliar *per capita* mensal (R$ 2.316), todos em valores de 2026[1] –, o Insper vem armando uma burocracia técnico-científica[2] que almeja um papel ativo na produção de conhecimento e no debate público sobre e para o Estado brasileiro, eventualmente inflectindo nas suas decisões políticas.

[1] Para conferir os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), acessar documento disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-02/renda-domiciliar-capita-chega-r-2316-em-2025-diz-ibge. Acesso em: 16 maio 2026.

[2] Fica fora de análise a burocracia pedagógica encarregada de uma aprendizagem centrada no aluno (apoio pedagógico ao corpo docente, acompanhamento psicológico e de carreira dos estudantes etc.).

Metodologicamente, a reconstituição do processo de afirmação do Insper como escola do poder articula as duas atitudes da sociologia econômica anteriormente apresentadas: a atitude crítica, que analisa as condições sociais da especialização econômica promovida pela instituição, de um lado; e a atitude construtivista, que segue os efeitos dos especialistas econômicos na vida social, de outro. Com base em dezenas de entrevistas semiestruturadas com professores, estudantes e pesquisadores do Insper e em uma pesquisa documental de relatórios de atividade da instituição, artigos científicos e materiais jornalísticos, a investigação avança por meio de triangulação de documentação histórico-institucional, experiências vividas e justificações com pretensão de validade pública (*cf.* Laurens, 2019).

Adotando uma *abordagem processual*, trata-se de retraçar a contínua formação do Insper ao longo do tempo, examinando como a escola do poder resulta da diferenciação histórico-institucional do campo dos economistas no país (*suas condições*), bem como seus promotores constroem interpretações e instrumentos para representar e agir no todo nacional (*seus efeitos*).

DA OFERTA DE MBAS EM FINANÇAS À PROMOÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

A história do Insper é indissociável da história dos mercados financeiros no Brasil, em particular do mercado de capitais. As raízes dessa instituição remontam a uma outra, o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). Criado em 1970, o Ibmec era um departamento técnico da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, cuja concepção fazia parte do pacote de reformas financeiras, tributárias e administrativas do governo Humberto de Alencar Castello Branco. O que estava em questão era lançar as bases institucionais da propulsão de um crescimento econômico não-inflacionário, forjando instrumentos de intermediação da poupança interna para investimentos produtivos (Souza, 2016).

Um dos objetivos dos reformadores era justamente desenvolver o ainda incipiente mercado de capitais, bastante restrito no Brasil, tendo em vista o padrão ainda familiar da empresa nacional e o papel dos capitais estrangeiros no investimento da industrialização pesada, cujas ações eram emitidas em praças financeiras igualmente estrangeiras (Costa, 2014, p. 430-431). Nesse movimento modernizador, o mandato do Ibmec era educacional. A instituição publicou pesquisas sobre vários temas desse mundo novidadeiro com fins instrutivos, tais como ofertas públicas iniciais, endividamento da empresa privada nacional, emissão de debêntures e cheques sem fundos (Carvalho, 2012). As pesquisas eram comissionadas por braços financeiros públicos (Banco Central, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES etc.) e por empresários de relevo, inclusive constituindo fonte de receitas para o Ibmec.

Contudo, a principal contribuição educacional e o maior faturamento do Ibmec não foram as pesquisas, mas o lançamento do MBA[3] Executivo em Finanças em 1982, capacitando os primeiros profissionais para ocupar posições na lógica financeira em plena expansão (tesouraria de firmas, fundos de pensão, bancos de investimento, servidores do Banco Central, corretoras etc.). O MBA em Finanças do Ibmec foi tão bem-sucedido que lhe permitiu expandir suas operações, abrindo uma sucursal em São Paulo, em 1987, na esquina das avenidas Paulista e Brigadeiro Luiz Antônio – no então coração econômico do país (*Idem*, 2012, p. 52).

[3] "A sigla em inglês MBA (*Master in Business Administration*) dá nome à pós-graduação *lato sensu* voltada para a Administração e à prática profissional, que trabalha, ao mesmo tempo, *soft skills* (competências) que são relevantes para tomadas de decisão e liderança. No Brasil, o MBA é considerado uma especialização e há preferência para interessados que tenham experiência de trabalho em nível gerencial e, no mínimo, três anos de formados em qualquer área de biomédicas, humanas e exatas." (Insper, 2023). Disponível em: https://www.insper.edu.br/pt/cursos/pos-graduacao/mba/o-que-e-mba. Acesso em: 22 ago. 2026.

O MBA em Finanças, de vocação profissional e de curta duração, era uma vantagem comparativa entre as instituições acadêmicas do campo dos economistas no Brasil. O Ibmec se distinguia das escolas já consagradas, como a Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV) e o Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE-USP), voltadas à formação acadêmica de longa duração de quadros técnicos e políticos do planejamento na ditadura civil-militar.

O Ibmec, então, resultava da diferenciação do campo dos economistas no Brasil, no qual os signos de excelência profissional progressivamente se deslocavam do planejamento estatal para as finanças (Klüger, 2017, p. 473). Não por acaso, a dupla de promotores das subsequentes mudanças do Ibmec era oriunda desse deslocamento. Eram os sócios dos primeiros bem-sucedidos bancos de investimento do Brasil, Claudio Haddad (Banco Garantia) e Paulo Guedes (Pactual). Doutores em Economia pela Universidade de Chicago nos anos 1970, eles se destacaram menos por carreiras no Estado – ao contrário dos seus colegas chilenos – do que pela mudança das práticas financeiras no Brasil, introduzindo operações agressivas de fusão e aquisição de empresas, negociação de ativos aproveitando a variação dos preços e participação dos funcionários nos lucros por desempenho (Grün, 2015).

Em 1999, a dupla Claudio Haddad e Paulo Guedes, membros do conselho diretor do Ibmec, propôs uma cisão da estrutura da instituição, separando as atividades de ensino das de pesquisa para, logo em seguida, em uma estratégia engenhosa, adquirirem o controle da frente educacional por meio do Ibmec Educacional S/A (*cf.* Carvalho, 2012, p. 56-58). A partir daí, o Ibmec é redesenhado nos moldes de uma Business *School*, com graduações em Economia e Administração, além dos MBAs.

No entanto, as divergências societárias logo apareceram. Claudio Haddad reivindicava converter o Ibmec São Paulo de uma instituição de ensino superior com fins lucrativos em uma sem fins lucrativos e, com isso, trilhar em direção à "excelência acadêmica". Por outro lado, Paulo Guedes defendia continuar o plano lucrativo de expansão de unidades pelo país (Gomide, 2018). A disputa chegou a termo quando Claudio Haddad e seus sócios desde os anos do Banco Garantia (Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Sicupira) compraram a posição societária de Paulo Guedes em 2005 (Ibmec São Paulo, 2005).

Claudio Haddad, então presidente da unidade de São Paulo, fez sucessivos movimentos de ruptura da instituição com o grupo Ibmec. Ainda em 2005, ele iniciou a construção do novo campus para encarnar seu visado espírito científico, com anfiteatros, infraestrutura para centros de pesquisa e as populares "salas Harvard" – pequenos auditórios em formato de ferradura. Para coroar a marca própria, o Ibmec São Paulo foi renomeado para Insper em 2008. Ainda assim, o Insper não havia, de fato, se distanciado do mandato que lhe foi incumbido desde a origem, isto é, a formação de profissionais para ocupar os mercados financeiros.

Ao contrário, sua contribuição se intensificou com a posterior especialização de trilhas formativas em 2008, com o lançamento dos Mestrados Profissionais em Economia e Administração; Mestrados em Direito ou os LL.Ms[4] (Direito Societário, Mercado Financeiro e de Capitais, Tributário etc.); Certificates focados em negócios, finanças e marketing; Educação Executiva e, é claro, os MBAs

[4] "Um L.L.M., sigla para *Latin Legum Magister*, é um curso de pós-graduação lato sensu voltado para graduados em Direito, que aprofunda alguma área de conhecimento dessa profissão. Normalmente, um diploma de LL.M. tem reconhecimento internacional, sendo um importante passo para profissionais do Direito que pretendem atuar fora do Brasil." (Insper, 2026). Disponível em: https://www.insper.edu.br/pt/cursos/pos-graduacao/direito/o-que-e-llm. Acesso em: 22 ago. 2026.

(Insper, 2008, p. 73). Além disso, o Insper acompanhou os deslocamentos do capitalismo brasileiro, na medida em que seu campus migrou da Avenida Paulista para o bairro da Vila Olímpia, a menos de um quilômetro da avenida Brigadeiro Faria Lima. Essa mudança de endereço o aproximou, portanto, do principal corredor de gestoras de recursos, corretoras e escritórios de bancos nacionais e internacionais, os quais emergiram com a concentração dos mercados financeiros em São Paulo após o Plano Real (Arruda, 2008).

Apesar das pretensões, o Insper não havia escapado da tendência que molda o ensino superior no Brasil, no qual a pesquisa científica se concentra nas universidades públicas, enquanto as faculdades privadas se especializam na diplomação de profissões de classe média (jornalismo, direito, engenharia etc.) (Garcia, 2000). As faculdades privadas com significativa produção científica dependeram, em algum momento, de outra instituição na sua retaguarda, livre de interesses puramente econômicos, a exemplo da Igreja Católica, no caso das Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) e do Estado, no caso da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Cabia ainda um esforço para o Insper investir, nas palavras de Bourdieu (2022, p. 84), em *atores interessados no desinteresse*, isto é, atores movidos por interesses diferentes daqueles da utilidade econômica. São, portanto, guiados antes de tudo pela acumulação de capital cultural enquanto um fim em si e não a serviço da acumulação capitalista. Como os promotores do Insper têm resolvido esse problema – isto é, como espaçar a diferença entre capital cultural e capital econômico, produzindo excelência intelectual e não só profissionais das finanças – será o caminho pelo qual a instituição vai se afirmar como uma escola do poder.

INTERPRETAÇÃO DO BRASIL DEMOCRÁTICO E FERRAMENTAS PARA DOMÁ-LO

O ano de 2013 foi um ponto de inflexão na trajetória de um Insper centrado nas finanças. Naquele ano, Claudio Haddad convocou para o cargo de vice-presidente o economista Marcos Lisboa, recém-saído da Vice-Presidência de Risco Operacional e Eficiência do Itaú-Unibanco. Além dos mercados financeiros, as carreiras dos dois economistas guardavam outras afinidades: Marcos Lisboa, Ph.D. na Pensilvânia, foi professor da EPGE-FGV, dedicando-se aos modelos de crescimento econômico e ao capital humano no final da década de 1990 – na mesma instituição e no mesmo programa de pesquisa de Claudio Haddad quando este retornou de Chicago. À diferença de Claudio Haddad, Marcos Lisboa ocupou cargos técnico-políticos de maior relevo.

Lisboa foi Secretário de Política Econômica do primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005), sob o Ministério da Fazenda de Antônio Palocci. Sua presença ali alicerçava o compromisso do governo com a institucionalidade macroeconômica ortodoxa forjada pelo predecessor Fernando Henrique Cardoso (Paulani, 2008). Não por acaso, Marcos Lisboa se tornou um dos mais vocais críticos da política econômica do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir do momento em que seus mandatários deixaram de "fazer a lição de casa", isto é, quando afrouxaram a disciplina fiscal em nome de um crescimento com presença ativa do Estado na esfera econômica (Grün, 2015). O Insper não só ganhava um vice-presidente de ilustre gabarito, mas também um economista com forte participação no campo midiático e que levaria consigo a instituição ao debate público.

Ainda em 2013, Marcos Lisboa, em coautoria com Zeina Latif[5], publicou um *working paper* que, no

[5] Doutorada em Economia pela Universidade de São Paulo, com passagem nos mercados financeiros e hoje também leciona aulas na graduação do Insper.

fundo, pautaria seu engajamento no campo midiático, em seus diversos papéis (fonte de notícias, colunista e autor de textos de intervenção). Em *Democracy and Growth in Brazil*, Lisboa e Latif tecem uma história de longa duração do Brasil, sublinhando como as instituições explicam o desenvolvimento econômico ao longo da sua formação. Em compasso com a nova história econômica ou neoinstitucionalista, os autores tratam as instituições como se fossem nada além de incentivos, sejam bem desenhados, sejam perversos, os quais estimulam modos concorrentes de maximização da utilidade (Lisboa e Latif, 2013, p. 14).

É justamente por meio de um tipo específico de cálculo maximizador que Lisboa e Latif retraçam a formação brasileira, desde a colonização, passando pela era do nacional-desenvolvimentismo de 1930 a 1980, até desaguar nos governos petistas. Para os autores, *grosso modo*, a formação nacional consiste na institucionalização de mecanismos de *rent-seeking*, segundo os quais elites e grupos pressionam os poderes públicos a fim de auferir benefícios particulares às custas do bem comum (Lisboa e Latif, 2013, p. 2). A preferência generalizada pelo *rent-seeking* é a chave da formação e da deformação do Brasil, pois seus mecanismos (proteção tarifária, desoneração fiscal, crédito subsidiado etc.) obstam o desenvolvimento econômico sustentável, enquanto preservam setores improdutivos que somente persistem graças ao extrativismo da riqueza coletada pelo Estado.

Marcos Lisboa e Zeina Latif reabilitaram um estilo de pensamento – hoje marginalizado no campo acadêmico pela especialização disciplinar e pelos imperativos de internacionalização –, a saber, uma *interpretação do Brasil*, dedicada a forjar a unidade singular e coesa de sentido para o país, à maneira de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda etc. (Ortiz, 2013; Nobre, 2014). A visada totalizante de um discurso nacional é patente quando seus porta-vozes almejam integrar os acontecimentos que colocavam em questão a estabilidade e previsibilidade da ordem social, notadamente os *protestos de junho de 2013*. Deflagrada pela alta do preço da passagem do transporte público – e reaquecida com as manifestações contra as obras para os megaeventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 –, a onda de protestos que se alastrava pelo país era enquadrada sob a chave do *rent-seeking*.

Para Lisboa e Latif (2013, p. 25), os protestos eram reações aos efeitos dos caçadores de renda, sobretudo à inflação que escalou o preço dos serviços públicos. Para os autores, a contestação difusa abria um dilema em relação aos mesmos mecanismos. De um lado, reforçar a pressão atávica por privilégios caso o governo atendesse às demandas com mais gastos públicos em subsídios de um passe-livre (*Idem*, 2013, p. 50). De outro, reformar as instituições de Estado ao se apoiar nas supostas demandas pela melhoria da qualidade dos serviços públicos ("Hospital padrão Fifa", como diziam os vários cartazes contra a Copa) e por disciplina fiscal (se partir do princípio de que a despesa pública descontrolada acarretou a inflação que aumentou o preço da passagem) (*Ibidem*, *Idem*, p. 25).

Não se trata, portanto, de uma análise centrada em fenômenos puramente econômicos (inflação, crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, gastos públicos etc.), e sim de uma investigação econômica que interpela objetos econômicos e não econômicos indistintamente, desde os setores beneficiados pelo BNDES até estudantes e idosos com descontos em bilhetes de *show*. Tudo isso sintetizado no que Lisboa e Latif chamam de "país da meia-entrada" (Fraga, 2013). Longe de demarcarem uma esfera de conhecimento, os economistas reivindicam apreender a essência da sociedade brasileira em sua totalidade, de modo a restituir a sua história e, a partir daí, disputar o sentido da sua atualidade.

Nesse sentido, o capital cultural acumulado pelo Insper se deslocava dos jogos de seleção pelas posições mais bem remuneradas do capitalismo financeirizado para disputar o que constitui a realidade do Brasil. Emergia, portanto, um desinteresse pelo ganho privado e pelo autointeresse econômico, cuja contraparte não é a ausência pura e simples de interesse, mas sim um interesse pela disputa do *público* e, nesse sentido, por aquela esfera totalizante que almeja transcender as partes de uma sociedade, mais precisamente o Estado (Bourdieu, 2022, p. 83).

Ocorre uma mudança no modelo de intervenção dos economistas, que passam do puro e simples especialista para o *intelectual público*, isto é, o portador dos interesses gerais e, portanto, presente nas tribunas dos vários conflitos políticos (Lava Jato, "Fora Dilma", reformas do governo Michel Temer etc.). Ao fazê-lo, os economistas recuperam a tradição radical do intelectual público brasileiro, cujo horizonte de bem comum é menos o dos princípios abstratos – como é no caso europeu (Sapiro, 2009) – do que o da construção nacional (Candido, 1990). Além disso, a disposição individual para o debate se alinhava à visibilidade institucional. O engajamento público desses especialistas que levavam consigo os títulos do Insper era monitorado e celebrado pela instituição, destacando o salto de 19% de exposição na mídia de 2014 a 2015 como indicador objetivo de sua posição no "centro do debate nacional" (*cf.* Insper, 2015, p. 40).

Enquanto porta-vozes do Insper transitavam entre as seções de política e economia do jornalismo diário, um economista fora dos holofotes do grande público e sem vínculos formais com a instituição – embora participasse dos seus fóruns internos – preparava a passagem ao ato da reflexão em curso sobre o Brasil. Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo, Consultor Legislativo do Senado e – com a ascensão do governo Michel Temer (2016-2018) – Assessor Especial do Ministro da Fazenda, Marcos Mendes estava no lugar e na hora certa para pôr em prática teses políticas que iam além da cartilha do "enxugamento da máquina pública".

Como notou Marcos Nobre (2014, p. 111), o livro de Marcos Mendes de 2014, *Por que o Brasil cresce pouco?,* afasta-se do olhar estrito do *expert* ao oferecer um modelo de sociedade – ou um gesto intelectual de "pensar o país" –, soldando o econômico e o político numa só visada. Apesar de repor a tese de Lisboa e Latif sobre o *rent-seeking* como um cálculo totalizante, a novidade de Mendes (2014, p. 7) consiste em localizar esse cálculo na Nova República, em vez de restituir uma história de longa duração.

A resposta do autor à indagação de *por que o Brasil cresce pouco* remonta ao encontro entre desigualdades extremas e o regime democrático. Nesse encontro, não só ricos e setores médios pressionam os poderes públicos a favor de seus benefícios; as eleições livres igualmente coagem os políticos a atender às demandas da base da sociedade (*Idem*, 2014, p. 20). Ora, o esforço do Estado em conciliar as crescentes demandas redistributivas com os benefícios de grupos de alta renda já instalados compromete a disciplina fiscal e agrava o déficit público, gerando uma espiral de inflação, alta dos juros, aumento da dívida pública, desinvestimento do governo na infraestrutura, estagnação da produtividade e, enfim, baixo crescimento econômico.

Animado pela interpretação de um Brasil democrático marcado por uma luta distributiva desordenada às custas da consistência fiscal, Marcos Mendes desenhou a Proposta de Emenda Constitucional nº 241 de 2016, a conhecida PEC do Teto de Gastos (Canal do Por Quê?, 2016, 18 min 38 s). Ao denunciarem como "PEC do fim do mundo" a proposta de monetizar um limite das despesas públicas do Governo Federal conforme a despesa primária de 2016, para os próximos 20 anos, corrigido apenas pela inflação, seus críticos não divergiam do diagnóstico do próprio autor. Para Marcos Mendes, o pacto da redemocratização, que vinha contendo o "conflito distributivo" e impe-

dindo "instabilidade política" e até "movimentos revolucionários de esquerda", chegou a "um beco sem saída". Era preciso uma "repactuação social" e, portanto, "limitar o crescimento da despesa à nossa capacidade de pagamento".

Mais do que a grave recessão econômica daquele ano, o sinal de alerta mobilizado por Marcos Mendes era o indicador da dívida pública sobre o PIB, passando de 51,6% no final de 2013 para 69,8% em 2016. Ora, o indicador quantitativo não é uma medida passiva da realidade, mas conforma os horizontes políticos (Lemoine, 2016, p. 189). Ao escolher a dívida bruta em relação ao PIB, a PEC invisibiliza as alternativas que não passam pelo controle dos passivos, seja pela ação sobre os ativos financeiros públicos, seja pelo aumento das receitas. Ao fazê-lo, o Teto de Gastos estabiliza a causalidade que a questão fiscal remete, em última instância, às despesas excessivas do Estado, assim como condena como "contabilidade criativa", oportunista e leviana, toda tentativa de relativização do controle das despesas, como se fosse cega às restrições inerentes à economia nacional (*Idem*, 2016, p. 193).

A interpretação do Brasil democrático elaborada na cena pública pelos *experts* do Insper – inclusive por Marcos Mendes, que, após a aprovação da PEC, se vincularia como pesquisador associado em 2019 – desdobrou-se em um *instrumento de autocontenção do Estado* em duplo sentido. De um lado, os políticos devem se dobrar aos limites da economia nacional para assumir o compromisso de reduzir a trajetória da dívida pública em relação ao PIB; de outro, a regra simples – não mais do que o limite de gastos – *obriga o governo a prestar contas à sociedade*. Por mais que a PEC fale de "sociedade", é notável que são os mercados financeiros que cobram o maior preço pelas expectativas da austeridade, pois são seus operadores que o Estado busca aferir, via Boletim Focus, o nível de confiança. Se os detentores da dívida pública desconfiarem das sinalizações políticas de compromisso fiscal, cobrarão um preço mais alto pelo dinheiro emprestado. A justificativa do Teto de Gastos insistia, ainda assim, que se tratava não só de submeter o Estado ao crivo dos mercados financeiros, mas também de envolver a sociedade por meio de uma nova lógica de geração da despesa pública. Para isso, Marcos Mendes, em audiência pública, acenava para as demandas da rua, à esquerda e à direita: "eu quero ver quem vai ter coragem de tirar dinheiro da educação para construir estádio de futebol, quem vai tirar dinheiro da saúde para dar subsídio para empresa que não precisa" (Economista..., 2016, 03 min 16 s).

Com um valor fixo para gastos, não haveria margem de manobra para superestimar receitas e contingenciar gastos, tornando a alocação do processo orçamentário transparente e, assim, alvo de escrutínio. A *grande narrativa* que vinha sendo elaborada ao longo do tempo no debate público, enredando o econômico e o não econômico ("campeões nacionais" do BNDES, política de rua, estagnação econômica e corrupção), tem como corolário o valor fixo do Teto de Gastos, isto é, um número com força de lei que almejaria ancorar as expectativas de credores e cidadãos, ambos encarregados de domar o Estado brasileiro, colocando a sua propensão ao gasto no limite da produção nacional de riquezas.

Nesse movimento despontado por especialistas do Insper, o economista deixa de ter como jurisdição a política econômica para falar em nome da sociedade contra o Estado – ou melhor, de uma política que autolimita o Estado. Vimos como Marcos Lisboa deslocou a referência do Insper dos mercados financeiros para as reformas do Brasil, em um movimento da porta para fora, a partir do seu engajamento público. É preciso também retraçar as reformas da porta para dentro, mais precisamente na burocracia acadêmica do Insper.

INVESTIR NO BRASIL E AVALIAR O RETORNO

Uma escola do poder não é feita somente da notoriedade pública de seus líderes. A superação da condição de uma faculdade voltada ao mundo do trabalho e ao ganho privado exige um capital cultural que passa pela incorporação institucional do especialista acadêmico. A literatura internacional sobre instituições escolares dominantes observa que os casos exitosos contornam a ênfase na preparação profissional ("carreirista"), sem se perderem na formação acadêmica como fim em si ("intelectualista"), mas, ao contrário, subordinam a técnica à direção, seja nos governos, seja nos negócios (*cf.* Binder e Abel, 2019; Salas-Díaz e Young, 2025; Denord *et al.*, 2025). A grandeza moral de uma escola do poder reside tanto na elevada origem socioeconômica de quem aprende quanto na autoridade intelectual de quem ensina. Este último aspecto era uma preocupação de Marcos Lisboa quando presidia o Insper a partir de 2015.

A estratégia foi contratar um perfil docente que articula a figura do especialista com a do intelectual público – como vimos, exercida por Marcos Lisboa e por seus colegas e coautores –, no sentido de submeter a produção de conhecimento científico à intervenção nos problemas de escala nacional e ao engajamento com o grande público. Segundo as lideranças de então, "o Insper já tinha uma equipe muito boa de ensino em educação; tanto na educação executiva, pós, quanto na graduação; mas a área de pesquisa era fraca, a área de produção de conhecimento". O esforço era então incorporar "gente de produção de conhecimento", em particular "para política pública", notadamente "Ricardo Paes de Barros" e "Rodrigo Soares". Mais do que especialistas, esses acadêmicos são reconhecidos, pela própria gestão acadêmica do Insper, por sua utilidade prática – "pessoas que sabem resolver o problema para tratar a vida dos outros, dos demais".

Ricardo Paes de Barros e Rodrigo Soares são dois dos maiores nomes da *microeconomia aplicada* no Brasil, isto é, dois experts que se destacam por alargar o escopo da disciplina para além das agregações macroeconômicas, desaguando em problemas não econômicos (*cf.* Louro, 2026, p. 12). Em se tratando de doutores pela Universidade de Chicago, deram seguimento às lições do supervisor deles, James Heckman. Na *Lecture* do seu "Nobel" conferido pelo Banco Central da Suécia, Heckman (2000, p. 676) propõe que, graças à disponibilização de dados desagregados, a Economia ampliou os modelos de escolha para além dos mercados, abrangendo os arranjos sociais, de modo a colocar à prova a agenda do capital humano em universalizar a racionalidade econômica.

Essas contratações do Insper seguem o esforço de incorporação de novos problemas sociais, recrutando economistas com contribuições para cada categoria específica de política pública ao longo dos anos. Em primeiro lugar, a educação e a desigualdade de renda na figura de Ricardo Paes de Barros e, não menos relevante, as múltiplas entradas não econômicas de Rodrigo Soares (saúde, criminalidade e meio ambiente). Marcos Lisboa recrutava alguns dos pesquisadores com quem já tinha familiaridade quando organizou junto com Naércio Menezes – outro pioneiro na pesquisa científica no Insper, antes da sua vinda – a coletânea *Microeconomia e Sociedade* em 2001, em que defendeu uma Economia que transbordasse a política econômica.

A especialização do Insper em microeconomia aplicada redunda na diferenciação do campo dos economistas no Brasil. Se, nos campos, a tomada de posição supõe a contraposição, vale destacar como Marcos Lisboa posiciona o Insper diante de instituições concorrentes. De um lado, o Insper se opõe à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – e à tradição heterodoxa em geral –, pois, a seu ver, "não tem muita pesquisa em Economia" ali, "se você fizer os indicadores usuais de impacto, de produção acadêmica, não vai ter"; no máximo, "alguma coisa do *Journal Post-Keynesian*

Economics". De outro, o Insper se opõe à EPGE-FGV, que se tornou "uma referência muito forte em temas mais de teoria econômica e econometria", em particular "teoria e modelagem", ainda que ele admita que ali se "publica maravilhosamente bem", com "pessoas reconhecidas internacionalmente" (entrevista com o autor, 16 de outubro, 2024).

Da dupla recusa da ciência sem reconhecimento e da teoria pura, o Insper almeja conciliar prestígio intelectual internacional e utilidade prática nacional, de modo que a fórmula "políticas baseadas em evidência" se tornou, desde então, um mote recorrente em eventos e relatórios. Contudo, a afirmação científica do Insper não foi óbvia, inclusive entre seus integrantes. Para um pesquisador que passou por lá: "de ser um departamento que tinha zero relevância, para quando eu saí de lá, ele tinha vários dos principais nomes do Brasil" (entrevista com o autor, 10 de março, 2023). A vocação acadêmica do Insper era remota para quem estava lá antes de Marcos Lisboa e já não tinha inclinação para as finanças. Mesmo para alunos interessados em pesquisa, não havia uma carreira; apenas bolsas de estágio como assistente de professores, sem horizonte de promoção. Era "muito vinculado ao olhar do mercado financeiro, do banco", com uma discussão pontual de políticas públicas (30 de janeiro, 2023).

O Insper, nos idos de 2008, não diferia do Ibmec, que dificultava para os professores a contratação de estudantes para suas pesquisas. Mesmo os professores que negociavam com a direção do Ibmec em seguida mal conseguiam atrair candidatos: "era praticamente impossível, porque sempre teve taxa de desemprego negativa, eles são bem agressivos em colocar bem os alunos deles no mercado de trabalho" (02 de junho, 2022). Menos circunspecto, o professor de ciência política Carlos Mello comentou, em evento de 2025, que o "debate político" escapava dos interesses dos discentes. O "estudante do Insper", a seu ver, "quer saber exatamente no que aquilo vai ajudá-lo a ganhar dinheiro" (Insper, 2025, 04h 24min 58s).

Se o Insper nasceu graças à ascensão da lógica financeira, a sua proximidade era um obstáculo à tão almejada "excelência científica", como se absorvesse todo o seu tempo e energia. Era preciso afastar-se do utilitarismo e do sucesso medido pelos mercados financeiros. Ora, o Insper logrou fazê-lo ao encontrar-se com outras instituições que também se apoiavam na acumulação de capital cultural a fim de tomar distância da acumulação capitalista, notadamente as *fundações filantrópicas*. Desinteressada por natureza, pois guiada por interesses dotados de uma lógica própria e à parte do cálculo econômico, a ciência constitui um dos principais meios pelos quais o capitalista se metamorfoseia em filantropo, colocando à prova suas pretensões não lucrativas e altruístas[6].

E o projeto científico despontado por Marcos Lisboa em 2015, em direção ao desenvolvimento da microeconomia aplicada, se apoiou em larga medida no investimento filantrópico de fundações nacionais que ganhavam gradualmente mais espaço e recursos. De fato, o mesmo deslocamento do capitalismo brasileiro que levou o Insper a mudar sua sede da Av. Paulista para a Av. Faria Lima alavancava a escala da ação filantrópica brasileira: a concentração de riquezas e, com isso, a exteriorização das finanças em relação à produção, por meio do acúmulo de lucros não reinvestidos, centralizando uma enorme liquidez em poucas mãos. Seus detentores podem então destinar uma parte dos recursos a finalidades não lucrativas e confiar a sua gestão a profissionais das fundações, de maneira análoga aos proprietários-acionistas que transferem a rentabilização dos seus ativos a outrem (Guilhot, 2006; Zunz, 2012).

[6] Para uma discussão teórica e empírica em perspectiva pragmática sobre como a filantropia brasileira investe em diferentes ciências do social para demonstrar seu interesse pelo social, e não pelo lucro. (*cf.* Louro, 2026).

As fundações brasileiras foram ilustres parceiras do Insper na contratação dos principais nomes da microeconomia que vimos no início desta seção. Por meio de cátedras, as fundações retêm *experts* disputados por outras instituições com doações complementares a seus salários. Foi possível trazer para o Insper: Ricardo Paes de Barros em 2015 (Cátedra Instituto Ayrton Senna); Sérgio Firpo (Cátedra Instituto Unibanco) em 2016; Naércio Menezes (Cátedra Ruth Cardoso)[7]; e Rodrigo Soares (Cátedra Fundação Lemann) em 2020. As fundações percebem, nesses titulares, parceiros para o avanço das agendas de pesquisa que lhes interessam. Mais do que isso, as fundações financiam projetos de pesquisa alinhados aos seus problemas de interesse, tais como competências socioemocionais (Ayrton Senna), educação em tempo integral (Instituto Natura e Instituto Sonho Grande), gestão escolar (Unibanco), educação técnica e profissional (Itaú Educação e Trabalho), primeira infância (Fundação Souto Vidigal) liderança no setor público (Lemann). Os acadêmicos beneficiados alargam sua ação na cena pública, dado que seus estudos são disseminados na imprensa[8], assim como contratam pesquisadores assistentes para compor suas equipes.

De fato, o principal donatário do afluxo de múltiplos investimentos filantrópicos tem sido Ricardo Paes de Barros, pública e academicamente reconhecido por qualificar a educação como principal preditor das desigualdades de renda e, a partir daí, investigar o desenho de incentivos para estimular o investimento em capital humano pelas famílias – a começar pela mais famosa política pública do país, o Bolsa Família (*cf.* Louro; Hey, 2026). Como observa um dos seus muitos assistentes de pesquisa: "no mês, o PB [Paes de Barros] era procurado pelo menos por um ou dois empresários ou donos de fundação. Eu acho que eu o acompanhei ou o vi ter reunião com basicamente quase todos institutos e fundações".

Além de conferir o poder temporal necessário para a reprodução das condições objetivas de pesquisa (livros, equipes, eventos, meios de comunicação etc.), o investimento filantrópico confere um ponto de apoio para a reivindicação de independência do Insper. Por mais que aspire a "contribuir para o país" e "transformar o Brasil", Marcos Lisboa emplacou a diretriz do Insper de não fazer consultoria para governos e não receber dinheiro público, como uma estratégia para preservar a "liberdade de pesquisa" – ao contrário, por exemplo, da sua concorrente FGV (*cf.* Tomei, 2018). Como destaca um professor-pesquisador, é ali que entram as fundações para também estabelecer formação com os governos: "Chega um governo e fala 'quero dar um curso para meus servidores', só se o terceiro setor pagar, por exemplo" (entrevista com o autor, 14 de maio, 2022). A par das formações de servidores públicos e de seus profissionais, as fundações têm permitido aos especialistas do Insper também contribuir para o desenrolar de decisões políticas. O investimento filantrópico constitui, pois, uma via de acesso privilegiado ao Estado brasileiro.

Um caso instrutivo de parceria filantrópica no Insper, dado seu efeito político em cadeia, teve início em 2011. A parceria surgiu com o Centro de Desenvolvimento Infantil de Harvard que planejava iniciar operações na América Latina, em compasso com o programa de Heckman, centrado na sua evidência econométrica de que o investimento em capital humano na primeira infância produz os maiores retornos econômicos e sociais (Griffen, 2024). Foi então o encontro das duas referências de excelência intelectual do Insper (Harvard e Chicago), pavimentado por Claudio Haddad, que ocupava um assento no conselho do comitê consultivo do Centro David Rockefeller para

[7] A doação da Cátedra Ruth Cardoso é oriunda da *Haddad Foundation*, portanto, do próprio Claudio Haddad.

[8] Por exemplo, um leque de fundações (Fundação Brava, Instituto Ayrton Senna e Instituto Unibanco) financiou uma pesquisa sobre evasão escolar, dirigida por Ricardo Paes de Barros em 2017. O estudo circulou em jornais (Saldaña, 2017) e serviu de argumento para reformas que tornassem o ensino médio mais atrativo.

Estudos na América Latina em Harvard. Pouco depois, a Fundação Souto Vidigal, pioneira na causa da primeira infância no Brasil, entrou como braço operacional da parceria, complementada pelo papel acadêmico do Insper, representado por Naércio Menezes.

De início, a iniciativa consistia em sistematizar os estudos existentes, sobretudo os internacionais, acerca dos benefícios do investimento na primeira infância. Rapidamente, a parceria evoluiu para a instrução de elites políticas para elaborar políticas públicas sobre a causa – o chamado Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância. Com um módulo em Harvard e outro no Insper, o Programa convidou o "alto escalão do executivo", "deputados e ministros", "prefeitos de grandes cidades" e "governos", como destacou um gestor desse projeto (entrevista com o autor, 25 de outubro, 2022). A partir desse grupo, ganhou forma a Frente Parlamentar da Primeira Infância em 2015, a qual, no ano seguinte, produziu e aprovou o Marco Legal pela Primeira Infância, assimilando os temas discutidos em Harvard e no Insper.

Aproveitando-se da proximidade com Harvard propiciada pela Liderança Executiva, o Insper valorizou o seu próprio capital simbólico: "o Insper tem uma pegada de querer ser Harvard... a arquitetura da sala de aula lá de Harvard tinha sido imitada pelo Insper, copiada, idêntica. Então a sala de aula quando vinha ao Brasil era a mesma, o ambiente era o mesmo de Harvard, então tinha essa coisa, meio simbólica, que mexe com a pessoas". Além disso, a exitosa parceria com a Souto Vidigal sinalizou que o Insper, nas palavras de outro gestor de projetos, era "uma instituição acadêmica também mais aberta para a atuação dos institutos e fundações".

A partir dessa percepção, nasceu o Programa de Formação em Planejamento e Implementação em Políticas Públicas e Desenvolvimento do Ensino Médio em 2017. Com o apoio de diversos investimentos filantrópicos (Instituto Unibanco, Instituto Natura e Itaú BBA), o Programa buscou apoiar o corpo técnico das Secretarias de Educação na reforma do ensino médio recém-aprovada. O Programa consistia em contribuir para o planejamento estratégico e para um plano de implementação da reforma com ênfase em três pontos – escola em tempo integral, flexibilização curricular em itinerários formativos e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, custeando a vinda de três técnicos por secretaria de todos os 26 estados, cada um dos técnicos ficando responsável por um dos pontos da reforma (entrevista com o autor, 8 de agosto, 2025).

A crescente presença filantrópica no Insper, encontrando nele um braço acadêmico para várias iniciativas, fez com que outros grupos sociais transitassem pelos corredores para além do típico alunato de alta renda: gestores públicos, mandatários políticos, jornalistas, diretores de fundações etc. A criação de uma frente de pesquisa e ensino em gestão e políticas públicas surgiu como um desdobramento quase natural. Baseado na *Kennedy School of Government* de Harvard, pioneira na expansão do estilo econômico de racionalidade para políticas públicas, o Insper, em 2017, lançou um curso *stricto sensu* (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) com ênfase em técnicas analíticas (economia, estatística, programação, etc.); um curso *lato sensu* (Programa Avançado em Gestão Pública), a par de um portfólio de cursos de curta duração, voltado à especialização de atores em posições de decisão, e um centro de pesquisa em resolução de problemas (Centro de Gestão e Políticas Públicas) (*cf.* Louro, Harari-Kermadec, 2024).

Além das várias parcerias filantrópicas (publicações, inserções na mídia, conferências, reuniões com poderes públicos) passarem a se reunir em um só endereço institucional, uma fundação em particular exerceu papel estruturante na frente de gestão e políticas públicas do Insper, notadamente a *Fundação Brava.* Instituída pelo também acionista do antigo Banco Garantia, Carlos Alberto Sicupira, a fundação financia auxílios e bolsas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, além dos cursos de curta duração.

Outro parceiro de destaque é a escola de formação política *RenovaBR*, desde a primeira geração de parlamentares em 2018, quando os professores do Insper ofereceram o curso "Gestão Estratégica de Mandatos Legislativos". Desde então, oferecem formações para os estudantes e futuros candidatos ("praticamente todo semestre fazem cursos lá"). Junto a esses parceiros, a diversificação do alunato acompanha a crescente ambição da instituição. Uma vez que passou a atrair e formar uma elite do setor público (secretários e ministros, carreiras do Executivo Federal, coronéis da Polícia Militar, assessores parlamentares etc.) e até mesmo representantes eleitos, o Insper (2017, p. 13) assumiu uma meta nada modesta: fazer com que "até 2030 o Brasil possa ser dirigido por um de nossos alunos".

No esforço de se afastar das esferas da produção e do consumo de riqueza, paradoxalmente, a filantropia se apoia na Economia e, ao fazê-lo, alarga o cálculo econômico para diversos problemas públicos. Desse modo, a Economia não é apenas um *saber negativo*, encarregado de restringir o perímetro da ação pública – tal como vimos com o Teto de Gastos –, mas também constitui um *saber positivo*, habilitador da ação pública. A passagem de uma atitude negativa para outra positiva é almejada por Marcos Mendes (2025, p. 11) na coletânea *Políticas públicas bem-sucedidas*, em 2025, destacando o papel propositivo da Economia, em vez de polemizar com políticas que beneficiam "interesses de grupos organizados".

De modo complementar à autocontenção macroeconômica, sob o peso das regras fiscais, os *experts* do Insper acrescentam *instrumentos microeconômicos de direção do Estado brasileiro*. Assim, reinterpretam também a onda de contestações de 2013 como se fosse um pleito coletivo por serviços e políticas públicas de qualidade. Afinal, para o financista e filantropo Armínio Fraga (2020, p. xvii), o papel do Estado é um debate "que vem esquentando a cada ano, sobretudo após o calor das ruas de 2013".

E o que seria, afinal, qualidade? Apoiando-se nas estratégias microeconométricas de identificação, os especialistas reunidos no Insper têm avaliado políticas públicas ao isolar e quantificar seu impacto nos mais diversos indicadores de resultado (taxa de criminalidade, tempo médio de internação hospitalar, nota em testes de aprendizagem etc.). Nesses termos, a qualidade nada mais é que a mensuração do impacto quantitativo de uma política, introduzindo a noção da *rentabilidade do Estado*, de modo a avaliar a alocação das despesas públicas segundo o retorno em números não financeiros, junto com a investigação do desenho de incentivos que estimulam as condutas compatíveis com os melhores resultados (*cf.* Ogien, 2020; Supiot, 2015).

A título de exemplo, pesquisas do Insper quantificaram que o ganho de um ponto no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) eleva a probabilidade de reeleição do prefeito em cinco pontos percentuais (Firpo *et al.*, 2017), que câmaras corporais portáteis reduzem as mortes decorrentes da ação policial (Marcolino, 2022) e que a gestão hospitalar por organizações sociais aumenta internações e ocupação de leitos junto com queda na mortalidade (Coube ***et al.***, 2026). O saber negativo e totalizante, que restringe a intervenção macroeconômica do Estado ao tamanho da economia brasileira, alterna de posição com um saber positivo, engajado em estimular intervenções microeconômicas diversificadas e pontuais nos problemas sociais do Brasil.

Ao converter o debate político numa questão de impacto positivo da ação pública com números simples (Jatteau, 2020), os especialistas do Insper se afirmam como operadores do Estado sob um limite fixo do valor das despesas públicas, posto que estão equipados com os instrumentos para revelar e maximizar o retorno social, de maneira análoga a uma aplicação financeira. Ao examinarem impactos sob situação de escassez, os *experts* logram reformar certas políticas, mas ainda

almejam reconfigurar o ciclo orçamentário público nacional como um todo, inscrevendo nele técnicas para a melhoria da qualidade do gasto público. Sérgio Firpo deixou a Cátedra Instituto Unibanco para assumir a Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Governo Federal de 2023 até 2025, a fim de deslocar o papel do economista da agenda negativa do corte das políticas públicas rumo ao aperfeiçoamento delas – caminho este ainda em aberto.

TUDO PELO SOCIAL DA NOVA REPÚBLICA E A ECONOMIA COMO SABER TOTAL DO SOCIAL

Artífice da confiança dos financistas e beneficiário da generosidade dos filantropos, o Insper se tornou uma escola do poder, inscrevendo a racionalidade econômica na cultura de referência de elites (políticas, econômicas, científicas e burocráticas) que almejam disputar o que é e o que deve ser o Estado brasileiro. A instituição reúne promotores e porta-vozes de um limite fixo para as despesas – inaugurado pelo Teto de Gastos e preservado no Novo Arcabouço Fiscal –, sob o qual os mercados financeiros confiam na autocontenção do Estado brasileiro, disciplinado a apenas gastar com base nos limites objetivados da economia nacional e, preferencialmente, abster-se de aventuras na determinação do que os atores econômicos devem fazer. Paralelamente, forma especialistas e gestores que, mais do que exigir equilíbrio nas contas públicas, avaliam o impacto das diversas categorias de políticas públicas, identificando "o que funciona" e disseminando as "boas práticas" a fim de remodelar os custos e incentivos da ação pública. Mais do que se apresentarem na disputa política como intelectuais públicos e elaborarem interpretações totalizantes do Brasil da Nova República, os economistas igualmente colocam em movimento dispositivos de ação pública, a um só tempo cerceadores e produtivos, cujos efeitos são reais. Paradoxalmente, no exato momento em que a política deve se retirar da economia (economy), a Economia (economics) se afirma como o método universal da política.

O deslocamento da racionalidade econômica para uma realidade não econômica, de modo a se afirmar como uma razão de Estado, é uma transformação crucial do que se entende por social na modernidade, nos seus três sentidos substantivos (realidade, política e ciência sociais). Retornando a Polanyi, o social não é só o que fica de fora da lógica institucional da economia desenraizada, mas também aquilo que lhe impõe contramovimentos, mitigando suas forças desintegradoras por meio de políticas sociais. Ora, é preciso inscrever essa formulação na sua época. Segundo François Vatin (2001, p. 261), o fato de A Grande Transformação ter sido publicada no mesmo ano em que o assistente social William Beveridge entregava ao governo britânico o relatório Pleno Emprego em uma Sociedade Livre não era fortuito. Polanyi e Beveridge convergiam na construção da proteção social, diferente e separada da economia, compensando suas externalidades negativas (desemprego, miséria, doença, degradação urbana e ignorância), ao passo que incluía todas as partes da sociedade nos benefícios do progresso. Os filantropos ascendentes também faziam parte desse movimento, engajados em investigar os problemas que ameaçavam o todo social para neles intervir (Bourdieu, 2022, p. 194-195). A institucionalização das ciências sociais resulta dessa visada reformista diante do capitalismo, a começar por Beveridge, que foi donatário da Fundação Rockefeller (*cf.* Zdencanovic, 2021).

A ascensão do Insper repõe a disjunção entre o social e o econômico em outros termos. A realidade distinta e separada do social resiste, mas o modo científico de compreendê-la e de agir politicamente sobre esta se dá em termos econômicos. Assim, economistas atualizam seu papel como saber de Estado com o fim da ditadura, o que podemos esboçar por contraste histórico. De alvos da crítica por empobrecerem as utopias nacional-desenvolvimentistas, reduzindo-as à aceleração do crescimento

econômico (Barbosa, 2021), enquanto negligenciavam e degradavam o social (concentração de renda, violência urbana, favelas e cortiços etc.), os economistas passam a conferir os pontos de apoio para o regime democrático – a Nova República – que reivindica "tudo pelo social" e, à diferença do regime político precedente, não mais sustenta sua soberania em uma promessa de modernização capitalista ou, em outras palavras, na superação do "atraso" ou "subdesenvolvimento". A avaliação de políticas públicas restitui algum apelo, ainda que minimalista, para os economistas de Estado quando perderam o rápido crescimento econômico como prova de grandeza nacional.

Agradecimentos

Agradeço a Karina Gomes e Rodrigo Cantu pela leitura e comentários no CP Sociologia Econômica da SBS, 2025, fundamentais para o aprimoramento do trabalho. Agradeço também ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo [Processos 2021/01828-9 2022/05206-5] que viabilizam essa pesquisa.

Financiamento

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Referências

ADORNO, Sérgio A. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGÊNCIA BRASIL. **Renda domiciliar per capita chega a R$ 2.316 em 2025, diz IBGE.** Brasília, DF, 27 fev. 2026. Economia. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-02/renda-domiciliar-capita-chega-r-2316-em-2025-diz-ibge. Acesso em: 16 maio 2026.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 392 p.

ARRUDA, José Jobson do Nascimento. **A florescência tardia:** Bolsa de Valores de São Paulo e mercado global de capitais (1989-2000). 2008. 389 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27112009-110719/publico/JOSE_JOBSON_DO_NASCIMENTO_ARRUDA.pdf.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Brasil desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida:** projeto, interpretação e utopia. São Paulo: Alameda, 2021. 580 p.

BINDER, Amy J.; ABEL, Andrea R. Symbolically maintained inequality: how Harvard and Stanford students construct boundaries among elite universities. **Sociology of Education**, Estados Unidos, v. 92, n. 1, p. 41-58, 2019. DOI: 10.1177/0038040718821073. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038040718821073.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État:** grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989. 576 p.

BOURDIEU, Pierre. **L'intérêt au désintéressement:** cours au Collège de France (1987-1989). Paris: Éditions du Seuil, 2022. 400 p.

CANAL DO POR QUÊ? Debate 'A PEC é um novo pacto social?' (25/11/16). YouTube, 25 nov. 2016. 1 vídeo (1 h 53 min 02 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ITtivnol_DY. Acesso em: 12 maio 2026.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira:** momentos decisivos. 2 v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 4-18, 1990. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/8540.

CARVALHO, Ney Oscar Ribeiro de. **Origens do IBMEC e o desenvolvimento do mercado de capitais.** Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2012. 134 p.

COSTA, Fernando Nogueira da. **O Brasil dos bancos.** São Paulo: Edusp, 2014. 532 p.

COUBE, Maíra; FONTES, Luiz Felipe; ROCHA, Rudi. Public services under private management. **The Quarterly Journal of Economics**, Estados Unidos, v. 141, n. 3, p. 2597-2673, 2026. DOI: 10.1093/qje/qjag028. Disponível em: https://academic.oup.com/qje/article/141/3/2597/8676724.

DENORD, François; LAGNEAU-YMONET, Paul; LAURENS, Sylvain. **Vers le haut:** enquêter sur l'élite au pouvoir. Paris: La Découverte, 2025. 288 p.

ECONOMISTA Marcos Mendes comenta PEC 55 (ex-PEC 241) que limita gastos governamentais. Publicado pelo canal José Carlos Lobo Barbosa. 11 nov. 2016. 1 vídeo (25 min 02 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9XPmUgYh4B8. Acesso em: 12 maio 2026.

FIRPO, Sergio; PIERI, Renan; SOUZA, André Portela. Electoral impacts of uncovering public school quality: evidence from Brazilian municipalities. **EconomiA**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-17, 2017. DOI: 10.1016/j.econ.2016.07.003. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1517758016300686/pdfft?md5=e3af8fe27a8ad676b7e47a693fba5ec9&pid=1-s2.0-S1517758016300686-main.pdf.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo, Martins Fontes, 2. ed., 2022.

FOURCADE, Marion. The construction of a global profession: the transnationalization of economics. **American Journal of Sociology**, Estados Unidos, v. 112, n. 1, p. 145-194, 2006. DOI: 10.1086/502693. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/502693.

FRAGA, Érica. **País da meia-entrada.** Folha de S.Paulo, São Paulo, 31 jul. 2013. Poder. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/121594-pais-da-meia-entrada.shtml. Acesso em: 12 maio 2026.

FRAGA, Armínio. Prefácio. *In:* GIAMBIAGI, Fabio; FERREIRA, Sergio Guimarães; AMBRÓZIO, Antônio Marcos Hoelz. (Orgs.). **Reforma do Estado Brasileiro:** transformando a atuação do governo. São Paulo, Atlas, 2020. p. xxi-xxiii.

FRANKENBERG, Günter. **Técnicas de Estado:** perspectivas sobre o estado de direito e o estado de exceção. São Paulo: Editora Unesp, 2018. 377 p.

GARCIA, Sylvia Gemignani. A questão da universidade e da formação em ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 123-140, 2000. DOI: 10.1590/S0103-20702000000100007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/CFsF6SzQX6vZPfG6Bj8rqBH/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR.

GOMIDE, Fernando Franco. **Um estudo sobre a evolução financeira e operacional do Insper.** 2018. 37 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2018. Disponível em: https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/018167e6-b83b-4469-ab2a-c5cba7a2ede3/content.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. DOI: 10.1086/228311. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/228311.

GRIFFEN, Zachary Webster. The economization of early life: human capital theory, biology, and social policy. **Science, Technology, & Human Values**, *[S. l.]*, v. 49, n. 1, p. 175-205, 2024. DOI: 10.1177/01622439221147701. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/01622439221147701.

GRÜN, Roberto. **Decifra-me ou te devoro:** Brasil e a dominação financeira. São Paulo: Alameda, 2015. 344 p.

GUILHOT, Nicolas. **Financiers, philanthropes:** sociologie de Wall Street. Paris: Raisons d'agir Éditions, 2006. 224 p.

HECKMAN, James J. Microdata, heterogeneity and evaluation of public policy. **Prize Lecture**, p. 255-322, 2000. Disponível em: https://www.nobelprize.org/uploads/2018/06/heckman-lecture.pdf.

IBMEC SÃO PAULO. **Relatório de atividades 2005.** São Paulo: Ibmec São Paulo, 2005.

INSPER. **Relatório de atividades 2008.** São Paulo: Insper, 2008.

INSPER. **Programa de Cursos em Gestão e Políticas Públicas.** São Paulo: Insper, 2017.

INSPER. **Entenda o que é um MBA, como ele funciona e sua importância.** São Paulo: Insper, 19 maio 2023. Disponível em: https://www.insper.edu.br/pt/cursos/pos-graduacao/mba/o-que-e-mba. Acesso em: 22 ago. 2026.

INSPER. **IV Encontro Anual do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper (CGPP).** *[S. l.: s. n.]*, 8 out. 2025. 1 vídeo (4 h 49 min 57 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NuQJMxLK8zI. Acesso em: 12 maio 2026.

INSPER. **Entenda o que é um curso LL.M. e sua importância na carreira.** São Paulo: Insper, 8 jun. 2026. Disponível em: https://www.insper.edu.br/pt/cursos/pos-graduacao/direito/o-que-e-llm. Acesso em: 22 ago. 2026.

JATTEAU, Arthur. **Faire preuve par le chiffre?** Le cas des expérimentations aléatoires en économie. Paris: Collection Gestion Publique, 2020. 729 p.

KLÜGER, Elisa. **Meritocracia de laços:** gênese e reconfiguração do espaço dos economistas do Brasil. 2017. 851 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/T.8.2017.tde-06022017-113838. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-06022017-113838/.

LAURENS, Sylvain. **Militer pour la science:** Les mouvements rationalistes em France (1930-2005). Paris: Éditions EHESS, 2019. 244 p.

LEMOINE, Benjamin. **L'ordre de la dette:** enquête sur les infortunes de l'État et la prospérité du marché. Paris: La Découverte, 2016. 308 p.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil:** intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ; UCAM, 1999. 232 p.

LISBOA, Marcos de Barros; LATIF, Zeina Abdel. **Democracy and growth in Brazil.** São Paulo: Insper Working Paper, 2013.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 201 p.

LOURO, Pedro Grunewald. De projeto a política: viver da filantropia no Brasil. **Novos Estudos**, v. 45, n. 1, p. 1-23, 2026

DOI: http://dx.doi.org/10.25091/ S01013300202600010007

LOURO, Pedro Grunewald; HARARI-KERMADE, Hugo. "Políticas baseadas em evidência" em três estados. **Tempo Social**, v. 36, n. 3, p. 97-121, 2024. DOI: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.226186

LOURO, Pedro Grunewald; HEY, Ana Paula. La solidarité à bas coût. Les fondations brésiliennes face à la crise de l'État développeur (1987-2016), **Critique Internationale**, 110 (1), p. 61-84, 2026. DOI: https://doi.org/10.3917/crii.110.0061

MARCOLINO, Antonio César Ferrari. **Impacto do uso das câmeras operacionais nas ocorrências de morte decorrente de intervenção policial na Polícia Militar do Estado de São Paulo.** 2022. 69 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Insper, São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/57f87dbf-c4e2-46fe-a202-8baa2dcce79e/content.

MENDES, Marcos. **Por que o Brasil cresce pouco?** Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 272 p.

MENDES, Marcos. **Políticas públicas bem-sucedidas:** lições para promover o bem comum. São Paulo: Editora Jandira, 2025. 242 p.

MITCHELL, Timothy. Fixing the Economy. **Cultural Studies**, v. 12, n. 1, p. 82-101, 1998 DOI:10.1080/095023898335627. DOI: 10.1080/095023898335627. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/095023898335627.

NOBRE, Marcos. **O que significa "pensar o país"?** Um debate a propósito de Por que o Brasil Cresce Pouco?, de Marcos Mendes. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 100, p. 97-113, 2014. Disponível em : https://www.scielo.br/j/nec/a/XkgFHHP-qrHfPyYPv8bwxLDB/?format=pdf&lang=pt.

OGIEN, Albert. La valeur sociale du chiffre: la quantification de l'action publique entre performance et démocratie. **Revue Française de Socio-Économie**, França, v. 5, n.1, hors-série, p. 99-120, 2020. DOI: 10.3917/rfse.spe2020.0099. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-francaise-de-socio-economie-2020-en%20lutte-page-99.htm.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, Distrito Federal, v. 28, n. 3, p. 609-633, 2013. DOI: 10.1590/S0102-69922013000300008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/P87XtVzZDCKdNqv9Nt8dfYr/?format=pdf&lang=pt&ilang=en.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery:** servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. 152 p.

SALAS-DÍAZ, Ricardo José; YOUNG, Kevin L. Where did the global elite go to school? Hierarchy, Harvard, home and hegemony. **Global Networks**, Reino Unido, v. 25, n. 1, 2025. DOI:10.1111/glob.12509. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/glob.12509.

SALDAÑA, Paulo. Com evasão escolar empacada, país levaria 200 anos para incluir jovens. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 2017. Educação. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/10/1927604-com-evasao-escolar-empacada-pais-levaria-200-anos-para-incluir-jovens.shtml.

SAPIRO, Gisèle. Modèles d'intervention politique des intellectuels: le cas français. **Actes de la recherche en sciences sociales**, França, v. 1, n. 176-177, p. 8-31, 2009. DOI:10.3917/arss.176.0008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

SOUZA, Rodrigo Cantu de. **Ensaios sobre as transformações das finanças públicas brasileiras.** 2016. 177 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/15503/1/tese%20Rodrigo%20Cantu.pdf.

SOUZA, Rodrigo Cantu de. Os valores da intransigência: premissas normativas e controvérsias econômicas no Brasil. **Revista Novos Rumos Sociológicos (NORUS)**, Pelotas, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 16, p. 12-51, 2021. DOI: 10.15210/norus.v9i16.21940. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/21940.

SUPIOT, Alain. **La gouvernance par les nombres.** Nantes: Fayard, 2015. 608 p.

TOMEI, Francesco Andrade. **Entre consultores e experts, empresariado e Estado:** os professores da Eaesp-FGV. 2018. 196 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18092018-163340/.

VATIN, François. Le travail, la servitude et la vie: avant Marx et Polanyi, Eugène. **Revue du MAUSS**, França, v. 2, p. 237-280, 2001. DOI:10.3917/rdm.018.0237.

ZDENCANOVIC, Ben. 'The Gentleman We're All Talking About': William Beveridge and the Idea of Postwar Social Planning in the United States during World War II. **Rockefeller Archive Center Research Reports**, Rockefeller Foundation, 2021. Disponível em: https://rockarch.issuelab.org/resources/39218/39218.pdf.

ZUNZ, Olivier. **La philanthropie en Amérique:** argent privé, affaires d'État. Paris: Fayard, 2012. 450 p.

Abstract
Key-Words

How Is An Elite School Born? The Case Of Insper

The article traces the rise of Insper as an institution of teaching and research not only within the economists' field in Brazil but also as a school of power committed to constructing a broad referential culture for the Brazilian state. Based on semi-structured interviews and documentary analysis, the article reconstructs three moments of this process: (i) the transition from a professional school specialized in financial markets to an institution aspiring to international academic excellence and national political utility; (ii) the development of interpretations of national formation, drawing on neo-institutionalism to elaborate a narrative encompassing both the distant past (colonization, developmentalism, etc.) and the immediate present (Workers' Party – PT, June 2013 protests, etc.); and (iii) the construction of mechanisms of self-limitation and, shortly thereafter, of direction of the Brazilian state, namely the macroeconomic rules of fiscal discipline and the microeconomic techniques of impact evaluation and policy design. Thus, it argues that Insper has played a decisive role in shifting economics from a discipline with its own jurisdiction (economic policy) toward the affirmation of a totalizing knowledge of national problems and, from there, of the instruments of public action to intervene in them (reason of state).
Keywords: economic rationality; sociology of elites; philanthropy.

Resumen
Palavras Clave

¿Cómo Nace Una Escuela Del Poder? El Caso Del Insper

El artículo reconstruye la afirmación del Insper como una institución de enseñanza e investigación no solo en el campo de los economistas en el territorio brasileño, sino también como una escuela del poder, comprometida con la construcción de una cultura de referencia amplia para el Estado brasileño. Basado en entrevistas semiestructuradas y análisis documental, se reconstituyen tres momentos de este proceso: (i) el pasaje de una facultad profesional especializada en los mercados financieros a una institución con pretensión de excelencia académica internacional y utilidad política nacional; (ii) el desarrollo de interpretaciones sobre la formación nacional, valiéndose del neoinstitucionalismo para elaborar una narrativa que engloba el pasado remoto (colonización, nacional-desarrollismo, etc.) y el presente inmediato (Partido de los Trabajadores – PT, Jornadas de Junio de 2013, etc.); y (iii) la construcción de dispositivos de autolimitación y, enseguida, de dirección del Estado brasileño, respectivamente las reglas macroeconómicas de disciplina fiscal y las técnicas microeconómicas de evaluación de impacto y diseño de políticas públicas. De este modo, se argumenta que el Insper ha desempeñado un papel decisivo en el desplazamiento de la ciencia económica desde una disciplina de jurisdicción propia (política económica) hacia la afirmación de un saber total sobre los problemas nacionales y, a partir de ello, de los instrumentos de acción pública para intervenir en ellos (razón de Estado).
Palabras clave: racionalidad económica; sociología de las élites; filantropía.

Histórico
Recebido: Maio/26
Primeiro Parecer: Junho/26
Segundo Parecer: Junho/26
Aceito: Junho/26
Revisão Gramatical/Ortográfica e ABNT: Agosto/26
Revisado Autor: Outubro/26
Publicado: Novembro/26

Equipe Editorial Revista TOMO envolvida no processo editorial deste artigo
Marina de Souza Sartore (Editora-chefe)
Contato: revistatomo@gmail.com